

A. João Seabra do Amaral
Escola Secundária João Gonçalves Zarco

O sussurro e o grito em Mary Wollstonecraft

*Put down the apple, Adam,
And come away with me,
So thou shalt have a pippin
From off my father's tree!*

*I climb the "Hill of Science",
I "view the landscape o'er",
Such transcendental project
I ne'er beheld before!*

Emily Dickinson, P. 3

Mary Wollstonecraft é consensualmente figura de destaque na luta pelos direitos das mulheres. Embora outras tivessem antes dela afluído já o assunto, particularmente no que respeitava à educação, foi ela quem mais alto falou sobre a questão feminina em finais do século XVIII, através da sua irreverência e da sua escrita, ao denunciar as opressões sofridas, contestar as regras sociais vigentes e exigir a plena cidadania para as mulheres.

Dentre as várias obras de Wollstonecraft, pretende-se revisitar duas delas: *Mary* (1788), o seu primeiro romance, e *Vindication of the Rights of Woman* (1790), a sua obra mais conhecida pelos ideais femininos que congrega, aproximando, numa perspectiva comparatista, os temas implícitos numa e explícitos noutra. Sendo *Mary* um romance de contornos autobiográficos (a sua jovem heroína, Mary, e a sua amiga, Ann, representarão a própria autora e a sua amiga Fanny Blood),¹ descobrem-se ressonâncias das situações ali vividas nas que posteriormente são denunciadas e contestadas em *Vindication*. Assim, far-se-á a abordagem dos pontos convergentes em ambas as obras privilegiando três vertentes: familiar, educacional e sexual. Tal abordagem circunscre-

¹ Sobre esta obra disse William Godwin: "A considerable part of this story consists, with certain modifications, of the incidents of her own friendship with Fanny" (1987: 223).

ver-se-á aos aspectos considerados fundamentais: a contemporaneidade histórica da escritora, a breve apresentação das duas obras abordadas, incluindo uma breve sinopse de *Mary*, os pontos considerados essenciais em cada uma das vertentes referidas e, por último, uma referência às propostas de Wollstonecraft que, nascidas de necessidades então sentidas, se inscrevem na utopia de uma sociedade mais livre, mais igualitária e mais justa.

Chegados ao século XXI, a igualdade dos sexos parece ser uma conquista irreversível das mulheres.² Tendo a militância feminina conhecido várias fases (direitos humanos, voto, liberdade sexual), foi apenas no século XX que a barreira mais alta do domínio dos homens sobre as mulheres foi questionada e abalada: o patriarcado. Com efeito, “[p]or muito que remontemos na história da família ocidental, encontramos sempre perante o poder paternal, acompanhado pela autoridade do marido” (Badinter, 1980: 25). Ora agravado, ora atenuado ao longo dos tempos, aquele poder reforçou-se a partir do século XVI, não só pela influência do direito romano, mas também pelo absolutismo político dominante. Subjacentes ao princípio da autoridade que regulava a sociedade de então, entrecruzavam-se três discursos principais que justificavam, quer o princípio, quer as consequências de facto: “o de Aristóteles, que demonstrava que a autoridade era algo de natural, o da teologia, afirmando que era divina, e, por último, o dos políticos, que reclamavam dos outros dois ao mesmo tempo” (*idem*, 27).

Com o nascimento das democracias ocidentais, vivem-se as grandes Revoluções, a Americana e a Francesa, clama-se pela instauração da igualdade e luta-se pelo derrube dos “sistemas de poder baseados na ideia duma hierarquia natural entre os seres humanos” (Badinter, 1986: 8).

É neste tempo conturbado de agitação e protesto, mas também de optimismo e utopia, que Mary Wollstonecraft (1759-1797) se eleva acima do seu tempo: rebela-se contra a subjugação das mulheres, denuncia a opressão a que estão sujeitas e reclama para elas os princípios de igualdade consignados para os homens. Ou, como declara em *Vindication*, “loudly demands JUSTICE for one-half of the human race” (1992b: 89). Vivendo de forma inconventional e surpreendente – aos 18 anos abandona a casa paterna, adquire a independência económica através de emprego, assume uma união sem casamento, é mãe solteira³ – marca a sua época pela capacidade de luta, resistência e determinação, que evidencia visando uma revolução de costumes e alteração de estruturas morais. Bate-se corajosamente pela emancipação da mulher e, atacando o sistema económico e social, defende que todos os aspectos da existência feminina se inter-relacionam e que quaisquer reformas incluem necessariamente uma redistribuição do poder político e económico.

Influenciada pelas ideias reformistas de Richard Price, pela opinião de Benjamin Franklin quanto à educação das mulheres (1993, 15), por Condorcet quanto à defesa da igualdade dos sexos (Badinter 1986: 203-5), por J. J. Rousseau, que inicialmente admira em *La Nouvelle Héloïse* (1761) e *Contract Social* (1762), conhecedora das teorias de Locke sobre a influência do meio na educação, Wollstonecraft cedo se dedica

² No âmbito deste trabalho será considerada apenas a sociedade ocidental.

³ Mary Wollstonecraft teve uma filha, Fanny Imlay, nascida em 1794, fruto da sua relação conturbada com Gilbert Imlay que lhe provocaria uma tentativa de suicídio.

à escrita com a ajuda do editor Joseph Johnson. Através deste entra no círculo de alguns intelectuais radicais da época com quem partilha os ideais de liberdade e de mudança. Nesse grupo pontuavam nomes como Thomas Paine, William Blake, William Wordsworth, Henry Fuselli, ou William Godwin – com quem viria a casar e a ter uma segunda filha.⁴

Já outras vezes se tinham ouvido com propostas reformistas para a situação da mulher: Mary Astell em *A Serious Proposal to the Ladies* (1694), Daniel Defoe em *Essay on Projects* (1698), as cartas de Lady Mary Montagu (1689-1762) escritas do exílio para sua filha, ou Catherine Macaulay em *Letters on Education* (1790), referida e elogiada em *Vindication*: “an example of intellectual acquirements supposed to be incompatible with the weakness of her sex” (1992b: 210). A de Wollstonecraft, porém, foi a mais estridente ao dar repto às ideias conservadoras e anti-revolucionárias de Edmund Burke e às teorias discriminatórias sobre a educação das mulheres defendidas por Rousseau em *Emile* (1762). A agitação política e social de então, que exigia em França direitos para os cidadãos e em Inglaterra reformas no Parlamento – que mais não eram que o culminar de décadas de reformas e protestos vindos da Revolução Gloriosa, da aceleração da industrialização, da Revolução Americana e agora da Revolução Francesa, em que se agitavam as bandeiras do optimismo histórico e da justiça social – levou Wollstonecraft a reclamar os mesmos princípios de justiça e igualdade a favor da população feminina.

A escrita fora sempre o meio privilegiado da sua luta mas, até ao envolvimento político com Edmund Burke após a publicação de *Reflections on the Revolution in France* (1790), que lhe mereceu crítica feroz em *A Vindication of the Rights of Men* (1790), a força dos seus argumentos era mais frouxa e o tema feminista mais discreto. A comparação de *Mary* e *Vindication* são disso exemplo.

Publicada a primeira obra antes e a segunda depois da Revolução Francesa, ambas são distintas no seu conteúdo e no seu estilo. Quer uma, quer outra, não se revestem de elevado valor estético: *Mary*, de grande sensibilidade e recolhimento, auto-condescendente, a exigir a permanente simpatia do leitor, mereceu da própria autora a consideração de “*a crude production*” (1979: 385); *Vindication*, de cariz jornalístico e repetitivo, escrita à pressa, em seis semanas, segundo William Godwin (*apud* Wollstonecraft, 1992b: 37, Introduction), está imbuída de ideais revolucionários: “A wild wish has just flown from my heart to my head, and I will not stifle it, though it may excite a horse-laugh” (*idem*, 148-9). Não é, porém, a arte literária da escritora que se pretende abordar, secundária, aliás, perante as condições adversas que enfrentou.

In dealing with women as writers, as much elasticity as possible is desirable; it is necessary to leave oneself room to deal with other things besides their work, so much has that work been influenced by conditions that have nothing whatever to do with art. (Woolf, 1967: 141)

Mary, o seu primeiro romance, reflecte a desconfortável vida familiar que a autora tivera e tinha, ao tempo em que escrevia, como preceptora na Irlanda, em casa de Lord Kingsborough. Longe de ter o mesmo impacto de *Vindication*, *Mary* não é, no entanto, obra despiçienda. Godwin teve essa percepção ao criticar quem não alcance o valor que lhe subjaz:

⁴ Grávida de Godwin, Wollstonecraft casa-se em Março de 1797. Em Agosto seguinte dará à luz Mary Godwin, mais tarde Mary Shelley, a autora de *Frankenstein*, pelo seu casamento com o poeta Percy B. Shelley. Devido a complicações de parto, virá a morrer duas semanas mais tarde.

This little work (...) would serve (...) to establish the eminence of her genius. The story is nothing. (...) But the feelings are of the truest and most exquisite class; every circumstance is adorned with that species of imagination, which enlists itself under the banners of delicacy and sentiment. (...) He that should imagine that the sentiments of this book are affected, would indeed be entitled to our profoundest commiseration. (1987: 223-24)

A importância da obra reside na construção pioneira da sua heroína, uma mulher que luta por encontrar o seu lugar no mundo, e pelo relato das injustiças e misérias sociais que a rodeiam. Interessa, também, pelo seu valor autobiográfico, pela visão que a autora tem de si própria e pela denúncia que faz do asfixiante mundo feminino do seu tempo.

Romance de sensibilidade pré-romântica, *Mary* é o relato dramático da vida da jovem Mary inserida numa sociedade patriarcal, configurada, quer pelo casamento dos pais, Edward e Eliza, quer pela preferência desta pelo seu filho homem. A solidão que povoa a vida e a personalidade sensível de Mary leva-a a uma profunda amizade com a vizinha, Ann. Aos 17 anos, por determinação do pai, casa com Charles, que mal conhecia. No dia do casamento, a mãe morre e o marido viaja para terminar os estudos. Ao consciencializar-se da real situação, tenta, após a morte do pai, fugir daquele casamento infeliz e forçar o rumo da sua vida: pede e consegue autorização do marido para acompanhar a amiga Ann, muito doente, a Lisboa. No hotel onde se instalam conhece Harry, um jovem em tratamento, que se transforma no seu amor impossível. Após a morte de Ann, ambos regressam a Inglaterra e Henry, de saúde cada vez mais precária, declara-se a Mary e morre. Quando o marido regressa, Mary, também doente, tenta nova fuga à infelicidade viajando à procura de clima ameno. Ligada a um homem que não ama, encontra alívio temporário no campo. Por fim, sente que a morte se aproxima e alegra-se perante a perspectiva de nova viagem que, desta vez, a libertará definitivamente dum mundo injusto e de todos os seus constrangimentos.

No centro deste romance está a análise da identidade e subjectividade da mulher inserida numa feminilidade construída e num núcleo familiar claustrofóbico. Partindo da sua própria experiência – o pai despótico e o casal disfuncional que pai e mãe construíam –, Wollstonecraft abre o romance denunciando a desigualdade entre homem e mulher: o peso do poder paternal, primeiro, e do poder marital, depois, sobre a figura resignada e submissa de Eliza:

She danced with an officer, whom she faintly wished to unite to; but her father soon after recommending another in a more distinguished rank of life, she readily submitted to his will, and promised to love, honour, and obey, (a vicious fool) as in duty bound. (...) Her voice was but the shadow of a sound, and she had, to complete her delicacy, so relaxed her nerves, that she became a mere nothing. Many such noughts are there in the female world! (1992a: 5)

A situação repetir-se-á depois com a personagem principal, Mary: o pai combina-lhe o casamento com o filho de um amigo, a mãe aprova e a filha, embora crítica, não contesta: “Mary stood like a statue of Despair, and pronounced the awful vow without thinking of it” (*idem*, 15). Mais tarde, Mary sente amargamente o peso e o desconforto de um casamento indesejado e da dependência em relação ao marido: “As her mind expanded, her marriage appeared a dreadful misfortune: she was sometimes reminded of the heavy yoke, and bitter was the recollection!” (*idem*, 16). A supremacia do filho primogénito no seio da família é também realçada pela preferência de Eliza e pela herança

patrimonial que Mary receberá por morte do irmão: “She was now an heiress, and her mother began to think her of consequence, and did not call her *the child*” (*idem*, 13).

A desigualdade entre os sexos, aceite ao longo dos tempos e baseada na alegada inferioridade física e intelectual da mulher, vai ser tema principal em *Vindication*. A justificação de que Deus criou a mulher inferior ao homem é, segundo a autora, uma violação aos princípios básicos do ser humano: “But should it be proved that woman is naturally weaker than man, whence does it follow that it is natural for her to labour to become still weaker than nature intended her to be?” (Wollstonecraft, 1992b: 128). Acrescenta mais adiante: “the nature of reason must be the same in all, if it be an emanation of divinity, the tie that connects the creature with the Creator; for, can that soul be stamped with the heavenly image, that is not perfected by the exercise of its own reason?” (*idem*, 143).

Seguindo a opinião que Thomas Paine expressa em *Common Sense* (1776), Wollstonecraft contesta veementemente, a nível público e privado, a arbitrariedade da sucessão hereditária (capítulo 9). Ao fazê-lo liga o feminismo à luta pelas reformas políticas e sociais, argumentando que qualquer tipo de tirania – do homem, marido, rei, primogénito – teria de acabar em nome da razão. Como consequência, afirma que, ao exercer sobre os outros uma autoridade baseada em critérios hierárquicos, qualquer instituição se corrompe a si mesma e impossibilita o desenvolvimento da razão por parte das suas vítimas:

The preposterous distinctions of rank, which render civilization a curse, by dividing the world between voluptuous tyrants and cunning envious dependents, corrupt, almost equally, every class of people, because respectability is not attached to the discharge of the relative duties of life, but to the station, and when the duties are not fulfilled the affections cannot gain sufficient strength to fortify the virtue of which they are the natural reward. (Wollstonecraft, 1992b: 262)

Em *Mary*, o apagamento gradual da figura de Eliza e a alienação progressiva da sua vida privada (“she became a mere nothing” [Wollstonecraft, 1992a: 5]), por um lado, a dureza de sentimentos e o carácter violento e repressivo do pai (capítulos I e III), por outro, fazem envios aos efeitos perniciosos que a desigualdade desencadeia e que Wollstonecraft denuncia em *Vindication*. Acresce que a mulher é a vítima maior de tal desigualdade, esta legitimada pela tradição e por leis que anulam a sua personalidade jurídica em favor da dos homens: “The laws respecting woman, (...) make an absurd unit of a man and his wife; and then, by the easy transition of only considering him as responsible, she is reduced to a mere cipher” (Wollstonecraft, 1992b: 262-63). Subjugada e completamente dependente do homem, a mulher empobrece a sua capacidade de raciocínio e estimula a sua indolência e conseqüente inutilidade: “Considering the length of time that women have been dependent, is it surprising that some of them hunger in chains, and fawn like a spaniel?” (*idem*, 181). Perante tais circunstâncias, Wollstonecraft defende a independência económica da mulher como forma de conquistar a sua autonomia e libertar-se do jugo do homem. Ela própria a conquistara bem cedo, aos 18 anos, quando saiu de casa e se empregou como dama de companhia duma viúva idosa. Também Mary, regressada a Inglaterra com pouco dinheiro e recusando ir viver com o marido, decidira: “I will work, (...) do any thing rather than be a slave” (1992a: 40). Wollstonecraft faz, por isso, a apologia do trabalho e realça as qua-

lidades da mulher trabalhadora: “How much more respectable is the woman who earns her own bread by fulfilling any duty, than the most accomplished beauty!” (1992b: 268).

Menos de 100 anos mais tarde, John Stuart Mill daria eco às palavras de Wollstonecraft e confirmaria, em *The Subjection of Women*, a independência económica da mulher como via para a sua dignificação: “the power of earning is essential to the dignity of woman” (Mill, 1869: 179).⁵

Crete no progresso individual e em reformas que o promovam, firme em que as mulheres são seres humanos antes de seres femininos, ciente de que a sociedade não progredirá se metade dos seus membros não partilharem do progresso, Wollstonecraft preconiza uma revolução do mundo feminino:⁶ “It is time to effect a revolution in female manners – time to restore to them their lost dignity – and make them, as a part of the human species, labour by reforming themselves to reform the world” (1992b: 133). Para tanto aposta essencialmente numa reforma profunda onde germinem as soluções necessárias à garantia da igualdade de direitos entre todos os cidadãos: a educação.

Desde cedo este tema a deslumbrara: fundou uma escola em Newington Green com as irmãs e Fanny Blood e a sua primeira publicação foi *Thoughts on the Education of Daughters* (1787). Entendia que o sistema educativo era fonte de desigualdades pelo ensino diferente que ministravam a rapazes e raparigas. Acreditava que a instrução desenvolvia qualidades, o exercício físico promovia a saúde e o meio condicionava a formação das pessoas. Defendia que a alegada inferioridade da mulher se devia ao estado de ignorância em que permanecia, à falta de exercício físico que a debilitava e à rotina diária que lhe abria caminho a frivolidades. Em consequência, permanecia ignorante, inútil e dependente. Pais e professores, por seu lado, encorajavam as raparigas a transformar-se no ideal feminino tradicional: mulher delicada, fisicamente débil, intelectualmente ignorante, sentimental, cuja função era agradar aos homens.

Em *Mary* despontam já os pilares desta teoria educativa. Através de Eliza a autora acusa os efeitos perniciosos da educação tradicional: “She was educated with the expectation of a large fortune, of course became a mere machine: (...) the years of youth spent in acquiring a few superficial accomplishments, without having any taste for them” (Wollstonecraft, 1992a: 5). Através de Mary aponta as deficiências que urge corrigir: a diferença de educação entre rapazes e raparigas, a inexistência de currículo definido, o isolamento em que a criança é mantida:

To own the truth, she was awkward enough, in a house without any play-mates; for her brother had been sent to school, and she scarcely knew how to employ herself; she would ramble about the garden, admire the flowers, and play with the dogs. (...) As she had learned to read, she perused with avidity every book that came in her way. (*idem*, 7)

Na evolução psicológica contrastante de ambas as personagens, Wollstonecraft justifica a razão da sua teoria educativa: a figura débil, submissa, alienada e insignificante de Eliza dá lugar à mulher determinada, interveniente, racional e evoluída de Mary: “The

⁵ No século XX, Virginia Woolf defenderia a mesma causa em *A Room of One's Own*, agora como condição essencial à autonomia da arte feminina (Showalter, 1986: 137).

⁶ Condorcet, na sua publicação “On the Admission of Women to the Rights of Citizenship” (1790), chamara já a atenção para a violação do princípio de igualdade de direitos que constituía a exclusão da cidadania de metade da população, *i.e.*, das mulheres (Wollstonecraft, 1994: Introduction, xvii).

society of men of genius delighted her, and improved her faculties” (*idem*, 18); e “Mary could not help thinking that in his company her mind expanded, as he always went below the surface. She increased her stock of ideas, and her taste was improved” (*idem*, 24).

Vindication configura a grande utopia da educação para as mulheres como forma de melhorar a sociedade, como via de alcançar a felicidade através da igualdade, a que já se referira Condorcet: “A falta de instrução das mulheres introduziria nas famílias uma desigualdade contrária à sua felicidade... porque a igualdade é, em toda a parte, mas sobretudo nas famílias, o primeiro elemento da felicidade, da paz e de todas as virtudes” (*apud* Badinterd, 1986: 205). O direito da mulher à educação é um princípio fundamentado na capacidade inata de raciocínio do ser humano, que constitui imperativo moral para o desenvolvimento: “Reason is (...) the simple power of improvement; or, more properly speaking, of discerning truth. Every individual is in this respect a world in itself”; ou, umas páginas adiante, “reason is absolutely necessary to enable a woman to perform any duty properly” (Wollstonecraft, 1992b:143 e 158). A dedicatória que faz a Talleyrand-Périgord é um apelo veemente à reforma educativa: “I plead for my sex, not for myself” (*idem*, 85).⁷ Baseada nos direitos do homem, aquela reforma exigia que as mulheres fossem também abrangidas e se tornassem cidadãs racionais, auto-responsáveis, agentes da moral e membros da família.

Ao longo dos capítulos 10, 11 e 12 de *Vindication*, e na esteira de Thomas Paine, a autora propõe mudanças revolucionárias na educação: iguais oportunidades para rapazes e raparigas, um novo currículo para ambos os sexos privilegiando a educação física, a co-educação e o trabalho de grupo, preparando os jovens para um mundo adulto mais perfeito:

In this plan of education the constitution of boys would not be ruined by the early debaucheries, which now make men so selfish, or girls rendered weak and vain, by indolence, and frivolous pursuits. But, I presuppose, that such a degree of equality should be established between the sexes as would shut out gallantry and coquetry, yet allow friendship and love to temper the heart for the discharge of higher duties. (*idem*, 294)

Sendo necessária uma reforma na sociedade, tanto o homem como a mulher deveriam reconhecê-la e nela participar. Para isso a educação teria de abrir-se necessariamente à mulher e torná-la mãe de uma geração de cidadãos reformistas. Para que a reforma seja efectiva, há outra vertente a considerar: a sexualidade, pois a liberdade da mulher não se completará enquanto não tiver total liberdade sobre o seu corpo.

Remonta ao Génesis a culpabilização de Eva quanto à existência do pecado e da morte e às descendentes de Eva a razão da queda dos homens. Vista como possuidora de uma sensualidade desenfreada, mas, por outro lado, dum ventre indispensável à reprodução, à sucessão e à herança, a mulher foi sempre objecto de estratégias várias de subjugação sexual:

As sociedades patriarcais inventaram múltiplas astúcias para dominarem o ventre da esposa: o marido pode mantê-la afastada de todos os demais homens, e é o *barém*; pode inventar um sistema mecânico que impeça as relações sexuais, e é o cinto da castidade; pode

⁷ Charles Maurice Talleyrand-Périgord (1754-1838), antigo bispo de Autun, eleito presidente da Assembleia Nacional Francesa em 1790, foi um dos arquitectos do sistema nacional de educação para a França renovada.

retirar-lhe o clitóris, para atenuar as suas pulsões eróticas, é a clitoridectomia. Mas quando tudo isto se revela insuficiente, resta ainda a repressão. O adultério feminino – ao contrário do adultério masculino – foi sempre severamente condenado. (Badinter, 1986: 144)

Ao longo da sua vida e obra, Wollstonecraft esforça-se por que a sociedade reconsidere a história de Adão e Eva. O seu entendimento sobre sexualidade aponta já em *Mary* para a necessidade de se repensar esta vertente da natureza humana. Mary fala no despertar da sua sexualidade e na forma como a sublima através da leitura: “In this retreat she read Thomson’s Seasons, Young’s Night-Thoughts, and Paradise Lost (...) Enthusiastic sentiments of devotion at this period actuated her” (Wollstonecraft 1992a: 11). Denuncia a subjugação sexual como injustiça pessoal e hipocrisia social, ao mesmo tempo que o seu amor por Henry aponta já para uma maior liberdade sexual: “My conscience does not smite me, and that Being who is greater than the internal monitor, may approve of what the world condemns” (*idem*, 33-34).

Forçada ao casamento por imperativos de herança e decisão paternal, Mary vive angustiada perante as suas obrigações conjugais: “her marriage appeared a dreadful misfortune; (...) An extreme dislike took root in her mind; the sound of his name made her turn sick” (16). Não se inibe, porém, de referir as suas preferências em relação aos homens e afirma os sentimentos que nutre por Henry: “the earth was only a vale of tears, because he was not to sojourn with her” (*idem*, 46). Mais adiante, confessa mesmo a sua necessidade de amor: “I cannot live without loving” (*idem*, 49).

Uma relação sentimental deve, no entanto, assentar na verdade e na honestidade. Assim, depois de alguns subterfúgios para suportar o insuportável (final do capítulo VII, início do capítulo IX), Mary revela a situação ao marido: “wrote her *husband* an account of what had passed since she had dropped his correspondence” (*idem*, 52).⁸

Curioso é já o apontamento em *Mary* sobre a concupiscência masculina, que iria ter desenvolvimento em *Vindication*. O indício está na relação de Edward e Eliza: “In general he treated her with indifference; but when her illness at all interfered with his pleasures, he expostulated in the most cruel manner, and visibly harassed the invalid” (*idem*, 8-9). E, significativamente, o romance termina com o desejo de um mundo onde o casamento e as desigualdades se extingam mas, naquela altura, só atingível pela morte: “In moments of solitary sadness, a gleam of joy would dart across her mind – She thought she was hastening to that world *where there is neither marrying*, nor giving in marriage” (*idem*, 53).⁹

Em *Vindication* este tema tem ressonâncias mais enérgicas, convergindo na sua totalidade para o ataque sistemático às teorias de Rousseau apresentadas em *Emile*. Nesta obra, ao definir o casal ideal, Emílio e Sofia, Rousseau atribui-lhes qualidades complementares: Emílio aparece como indivíduo activo, impetuoso, forte, corajoso e

⁸ A grafia em itálico da palavra *husband* tem grande carga semântica pelo esvaziamento de conteúdo que a autora lhe quer dar. Atente-se no casamento simbólico que Mary contrai com Henry antes deste morrer: “She wished to receive the sacrament with him, as a bond of union which was to extend beyond the grave” (Wollstonecraft, 1992a: 51).

⁹ Há aqui um envio explícito aos Evangelhos: S. Mateus, 22: 30 e S. Marcos, 12: 25: “Na ressurreição, os homens não terão mulheres, nem as mulheres maridos; mas serão como os anjos de Deus no céu”; e S. Lucas, 20: 35: “mas os que serão julgados dignos do século futuro e da ressurreição dos mortos, não terão mulher nem marido” (AAVV, 1973: 1312, 1338 e 1376).

inteligente; Sofia como mulher passiva, tímida, fraca e submissa, com a função de lhe agradar e se lhe submeter (Badinter, 1986: 153). Ali afirma Rousseau:

The men dependent on the women only on account of their desires; the women on the men both on account of their desires and their necessities. (...) the education of women should be always relative to men. To please, to be useful to us, to make us love and esteem them, to educate us when young and take care of us when grown up, to advise, to console us, to render our lives easy and agreeable – these are the duties of women at all times, and what they should be taught in their infancy. (...) almost all of them learn with reluctance to read and write; (...) They must be subject, all their lives, to the most constant and severe restraint, which is that of decorum (...) because a state of dependence being natural to the sex, they perceive themselves formed for obedience. (...) women have, or ought to have, but little liberty; they are apt to indulge themselves excessively in what is allowed them. (*apud* Wollstonecraft, 1992b: 177-81)

Como poderia o autor de *Nouvelle Héloïse*, que proclamava o casamento como união de dois seres que se escolhem e se unem livremente, ou de *Contract Social*, que defendia a soberania popular e tinha uma visão igualitária da sociedade, continuar a tratar a mulher como inferior e a querer que se educasse em função do homem?

Wollstonecraft reage energeticamente e tenta desmontar a teoria rousseauiana. A falta de verdade nos modos que são inculcados na mulher corrompe-lhe permanentemente o carácter. Ela não poderia submeter-se, dissimular, bajular, como defendia Rousseau, sem prejuízo da sua dignidade moral: “how could Rousseau expect them to be virtuous and constant when reason is neither allowed to be the foundation of their virtue, nor truth the object of their inquiries?” (1992b: 192). Partindo deste pressuposto, a autora desenvolve, no capítulo 8, a teoria da desculpabilização da mulher no que respeita à sua eventual degradação moral, considerando os homens a fonte de toda a injustiça económica e social: “all the causes of female weakness, as well as depravity, (...) branch out of one grand cause – want of chastity in men” (*idem*, 254). Assim, a miséria social e a promiscuidade sexual que tanto chocaram Mary no seu regresso a Inglaterra (1992a: 39), não podiam atribuir-se à natureza feminina, pois a natureza apresentava-se distorcida, como mais tarde confirmaria John Stuart Mill em *The Subjection of Woman*:

If men had ever been found in society without women, or women without men, or if there has been a society of men and women in which the women were not under control of men, something might have been positively known about the mental and moral differences which may be inherent in the nature of each. What is now called the nature of women is an eminently artificial thing – the result of forced repression in some directions, unnatural stimulation in others. (Mill, 1869: 148)

Por outro lado, a degradação moral vitimiza irremediavelmente a sociedade por via do principal papel da mulher, a maternidade:

The weak enervated women who particularly catch the attention of libertines, are unfit to be mothers, though they may conceive; so that the rich sensualist, who has rioted among women, spreading depravity and misery, when he wishes to perpetuate his name, receives from his wife only an half-formed being that inherits both its father's and mother's weakness. (Wollstonecraft, 1992b: 255)

Neste ponto, Wollstonecraft agita de novo a bandeira da educação – argumento unificador de toda a sua teoria feminista – e exalta as vantagens nos assuntos do amor:

“Supposing (...) that women were, in some future revolution of time, to become, what I sincerely wish them to be, even love would acquire more serious dignity, and be purified in its own fires” (*idem*, 227).

Temos, assim, que observações pertinentes em *Mary* apontam para temas desenvolvidos em *Vindication*, porém, em estilo bem diferente: o sentimento, a compaixão e a tolerância, abundantes na primeira, dão lugar a determinação, revolta e intransigência na segunda; as discretas denúncias de injustiças substituem-se por veementes apelos de mudança; o oportuno apontamento de factos transforma-se em empolgante libelo acusatório.

Crete na razão como motor do aperfeiçoamento humano, Wollstonecraft demonstra em toda a linha a urgência e vantagens da mulher instruída e autônoma no desenvolvimento e progresso social, como participante vital na organização da sociedade: “if she be not prepared by education to become the companion of man, she will stop the progress of knowledge and virtue; for truth must be common to all, or it will be inefficacious with respect to its influence on general practice” (1992b: 86). Desafia e apela, por isso, aos homens para que reconheçam a urgência da mudança que preconiza e nela participem para benefício próprio: “Would men but generously snap our chains, and be content with rational fellowship instead of slavish obedience, they would find us more observant daughters, more affectionate sisters, more faithful wives, more reasonable mothers – in a word, better citizens” (*idem*, 269).

Por último, apresentando propostas para igual educação dos dois sexos, Wollstonecraft avança no seu tempo demonstrando que as mulheres ganhariam a sua independência económica e social através de uma revolução das estruturas sociais, políticas e económicas que sistematicamente reprimiam a maior parte dos cidadãos de ambos os sexos. Chegar-se-ia, assim, a uma sociedade mais livre, mais igualitária e mais justa em que todos os cidadãos, homens e mulheres, seriam beneficiados.

Esta sociedade imaginária por que Wollstonecraft lutava não se inscrevia na utopia tradicional de um lugar imaginário a atingir; correspondia, antes, às necessidades do seu tempo: com a Revolução Francesa, a liberdade tornara-se pessoal e social para além de um objectivo político; a educação era a via para a libertação interior, capaz de institucionalizar a igualdade; unir homem e mulher na defesa de direitos era negar diferenças para atingir uma harmoniosa fraternidade. “Far from seeking any ‘happy retreat’, she asserted with great stubbornness the rights which women in common with men ought to contend for” (Baker-Smith/Barfoot, 1987: 181).

Depois de Wollstonecraft outras mulheres (tantas!) continuaram a sua luta, como outras a tinham antecedido. Algumas conquistas se fizeram (a democratização da educação, o direito de voto, a liberdade sexual) e outras permanecem por fazer, quer pelas exigências que cada época tem, quer pelo sonho humano que nunca se esgota. Mas é no desejo insatisfeito que reside o prazer da espera.

Our destiny, our being's heart and home
Is with infinitude, and only there;
With hope it is, hope that can never die,
Effort, and expectation, and desire,
And something evermore about to be.
(Wordsworth, 1933: 538-42)

BIBLIOGRAFIA

- BADINTER, Elisabeth (1980), *O Amor Incerto*, Trad. Miguel Serras Pereira, Lisboa, Relógio de Água.
- ____ (1986), *Um é o Outro*, Trad. Miguel Serras Pereira e Ana Luísa Faria, Lisboa, Relógio de Água.
- BAKER-SMITH, Dominic e BARFOOT, C. C. (eds.) (1987), *Between Dream and Utopia: Essays on Utopia and Dystopia*, Amsterdam, Rodopi.
- Bíblia Sagrada* (1973), Trad. dos originais mediante versão dos Monges de Meredsous (Bélgica) pelo Centro Bíblico Católico, 20ª edição, São Paulo (Brasil), Editora “Avé Maria”.
- FRANKLIN, Benjamin (1993), *Autobiography and Other Writings*, Oxford and New York, Oxford University Press.
- GODWIN, William (1987), *Memoirs of the Author of ‘The Rights of Woman’*, Ed. Richard Holmes, Harmondsworth, Penguin.
- MILL, John Stuart (1869), “The Subjection of Women”, (1970) *Essays on Sex Equality*, Ed. Alice S. Rossi, London, The University of Chicago Press.
- SHOWALTER, Elaine (1986), *The New Feminist Criticism*, London, Virago Press.
- WOLLSTONECRAFT, Mary (1979), *Collected Letters of Mary Wollstonecraft*, Ed. Ralph M. Wardle, Ithaca, Cornell University Press.
- ____ (1992a), *Mary and Maria*, London, Penguin [1788].
- ____ (1992b), *A Vindication of the Rights of Woman*, London, Penguin [1792].
- ____ (1994), *Political Writings*, Oxford, Melbourn, Oxford University Press.
- WOOLF, Virginia (1967), “Women and Fiction”, *Collected Essays*, vol. 2, London, Chatto and Windus.
- WORDSWORTH, William (1933), *The Prelude*, London, Oxford University Press [1805].

